

## MINAS GERAIS

## Cinco anos irreparáveis

Brumadinho ainda sente os efeitos do rompimento da barragem, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, que matou 272 pessoas e provocou uma tragédia ambiental em 26 cidades e 131 comunidades rurais, entre as quais estão indígenas e quilombolas

» EDLA LULA\*

**B**rumadinho (MG) — Nos cinco anos desde o rompimento da barragem do córrego do Feijão, a Vale investiu R\$ 25,5 bilhões na tentativa de reparar o irreparável. Seja morador ou visitante, para quem quer que percorra a cidade reconstruída, ecoa a memória das 272 vidas dizimadas por um reconhecido erro da companhia de mineração, que provocou o acidente.

Em 25 de janeiro de 2019, às 12h28, a barragem vomitou 12 milhões de metros cúbicos de uma lama escura, que invadiu o rio Paraopeba e seguiu, a aproximadamente 100km/h, arrastando prédios e pontes, destruindo máquinas e triturando pessoas. Entre as 270 vítimas, duas estavam grávidas. Três delas ainda restam localizar: Maria de Lourdes da Costa Bueno, Nathalia de Oliveira Porto Araújo e Thiago Tadeu Mendes da Silva.

Os rejeitos se arrastaram por 400km do rio, afetando um total de 26 municípios e 131 comunidades, entre as quais estão povos indígenas e quilombolas. Fora da bacia do Paraopeba, 27,6 mil quilômetros quadrados foram prejudicados, com a contaminação da água e do solo.

“Erramos, sim. Mas o nosso objetivo agora é tentar acertar para evitar novas tragédias”, reconhece a diretora de Reparação da Vale, Gleusa Josué. “Não há consolo para a dor da perda. Mas ela pode ser ressignificada”, completa, ao descrever as ações que vêm sendo implementadas pela Vale desde o desastre.

Os R\$ 25,5 bilhões aplicados até o momento correspondem a 68% do total de R\$ 37,6 bilhões previstos no Acordo Judicial de Reparação Integral (AJRI). Assinado em 2021, entre a Vale, o governo de Minas Gerais, Ministério Público Estadual e Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais, o acordo foi o instrumento que definiu as obrigações de fazer e pagar para a reparação socioeconômica e socioambiental da região. De acordo com Gleusa, algumas dessas obrigações já vinham sendo construídas a partir de 2019 e foram incorporadas ao documento.

Para as obrigações a pagar, o acordo prevê o desembolso de R\$ 19,9 bilhões, dos quais 86% já foram cumpridos. Já as obrigações a fazer, que envolvem R\$ R\$ 11,4 bilhões, tiveram 23% das ações concluídas. Outros R\$ 6,3 bilhões foram executados antes do acordo ser assinado.

Além desses valores, a Vale despendeu um total de R\$ 3,5 bilhões para indenizar 15,4 mil pessoas, a partir de acordos judiciais feitos em Brumadinho, nos municípios da Bacia do Paraopeba e das áreas evacuadas preventivamente por conta da emergência de barragem. Mais de 5,6 mil

Edésio Ferreira/EM/D.A Press



Homens e tratores em ação na barragem do córrego do Feijão: após cinco anos, ainda resta encontrar três vítimas da tragédia

Edésio Ferreira/EM/D.A Press



Os moradores ganharam a praça 25 de Janeiro, que faz alusão ao rompimento da barragem em 2019

peças receberam atendimentos pelo Programa de Assistência Integral ao Atingido (PAIA), com suporte e orientações financeiras gratuitas após o pagamento das indenizações individuais.

## Diversificação econômica

Um das metas de reparação é reduzir a dependência da mineração, explorando outros potenciais das cidades, como o turismo, o artesanato e o comércio. O catálogo Céu de Montanhas identificou o potencial turístico da cidade e desenvolveu 39

vivências turísticas que podem ser exploradas por quem vem de fora. Entre as iniciativas estão o Circuito de Quilombos de Brumadinho, que já venceu a categoria Diversidade do Prêmio Cumbuca de Gastronomia.

Outra ação é a parceria da Vale com o Instituto Inhotim para fortalecer novos negócios na cidade. O acordo possibilitou a ampliação da gratuidade na entrada para todos os visitantes às quartas-feiras. O museu também passou a incorporar o catálogo Céu de Montanhas em seu site.

No córrego do Feijão, onde

ocorreu o desastre, está sendo desenvolvido o projeto de ressignificação, para promover a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento da economia, com o empreendedorismo social.

Os moradores ganharam a praça 25 de Janeiro, que faz alusão ao acontecimento, o Mercado Central Ipê Amarelo, e o Centro de Cultura e Artesanato Laudelina Marcondes. Lá, também foram construídas duas cozinhas comunitárias, com o restaurante para atender os turistas.

Flávia Soares, gerente de fomento econômico da Vale, que

Edésio Ferreira/EM/D.A Press



Flávia Soares diz que houve interlocução para definir todas as obras



**Erramos, sim. Mas o nosso objetivo agora é tentar acertar para evitar novas tragédias"**

*Gleusa Josué, diretora de Reparação da Vale*

já atuava em Brumadinho antes da tragédia, conta que todos os equipamentos foram projetados e construídos em conjunto com a comunidade local. “Trata-se de um processo dialogado e que surge a partir de demandas endógenas, e de questões que já eram relevantes e puderam ser trazidas à tona (após o desastre).” A proposta foi trabalhar uma conjugação entre arquitetura, urbanismo, paisagismo e desenvolvimento humano para fomentar a economia. “Essa foi a estratégia adotada para que a gente pudesse ressignificar

o e construir o futuro. E sempre com muito diálogo”, comenta a gerente.

Em 2023, segundo Flávia, o projeto conseguiu movimentar R\$ 500 mil na economia local. A intenção, diz, é que a comunidade passe a administrar o projeto, a partir de um sistema de cogestão. Para isso, a Vale está capacitando os integrantes do comitê gestor e oferece o suporte técnico aos empreendedores.

\* A repórter viajou a convite da Vale

## A dor das famílias das vítimas

O mea-culpa da Vale não é suficiente para comover os familiares das vítimas do acidente. Para além da indenização ou das obras de reparação, eles trabalham para manter viva a memória dos entes e punir os responsáveis pelo grave crime que acreditam ter a Vale cometido.

“Esses R\$ 37 bilhões são oriundos do sangue de nossos parentes. É dinheiro de sangue, oriundo da nossa lágrima e da nossa dor”, desabafa a Andresa Rodrigues, presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos da Tragédia do Rompimento da Barragem Mina Córrego Feijão Brumadinho (Avabrum).

Andresa é mãe de Bruno Rocha Rodrigues, um engenheiro recém-formado, de apenas 26 anos, “apaixonado pela Vale”, conforme descreve a mãe. O ressentimento pela

Vale, a quem ela e outros integrantes qualifica como “assassina”, se redobra quando recorda o quanto o filho se dedicou à empresa e “foi traído” com a negligência da Vale ao permitir o acidente.

“A nossa luta é por justiça e pela responsabilização. Se não há responsabilização, não há reparação e não há alento, não existe”, diz Andresa. “É preciso que os responsáveis por esse crime sejam apontados e que paguem por aquilo que cometeram, para que sirva, inclusive, de efeito pedagógico, para que isso seja corrigido”, completa.

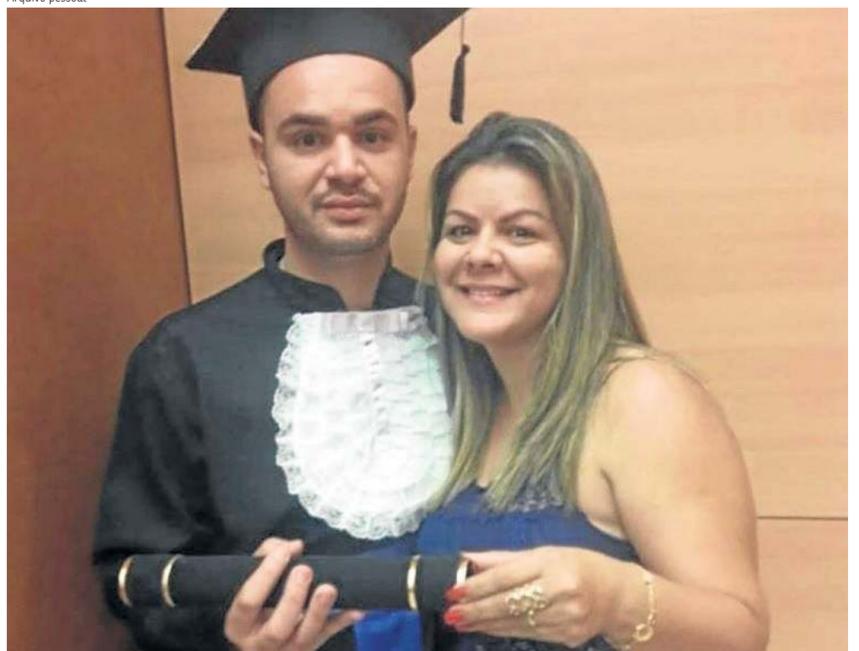
No momento, os advogados da Avabrum trabalham para que o Tribunal Federal da 6ª Região (TRF-6) não conceda o habeas corpus ao ex-presidente da Vale Fabio Schvartsman, à frente da empresa no período. Na semana passada, o juiz Flávio Boson, deu parecer

favorável ao pedido de habeas corpus feito por Schvartsman para trancamento da ação. O julgamento foi interrompido porque o juiz Pedro Felipe pediu vista do processo.

“Faltam dois votos. E nossos advogados estão atuando para que ele responda pelo crime que cometeu”, diz Andresa. “Falo com o coração de mãe, mas falo com a razão e com o conhecimento de quem teve acesso aos documentos produzidos que estão nos laudos. E lá tem as provas. Foi crime, é crime e segue sendo crime.”

Para manter viva a história, está pronto para ser inaugurado o memorial em homenagem às vítimas. A instalação, criada pelo arquiteto mineiro Gustavo Pena, teve a construção custeada pela Vale, que também vai bancar a manutenção e a conservação. Já a gestão, ficará a cargo da Avabrum. (EL)

Arquivo pessoal



Andresa, presidente da Avabrum, perdeu o filho Bruno, de 26 anos, recém-formado em engenharia